

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: AQUISIÇÃO DE SUA L1 E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA L2

Camila Francisco¹

RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa que está em andamento para curso da Pós Graduação em Educação do Eixo Processos Educativos e Inclusão, do Instituto Federal Catarinense, campus Camboriú, como exigência para sua conclusão. Realizamos a revisão de literatura para nos embasamos, assim possibilitando a realização reflexões a cerca da inclusão do aluno surdo, especificamente quando esse aluno inicia sua vida escolar sem uma língua adquirida, português e língua brasileira de sinais (libras). A partir dessas reflexões realizamos discussões a cerca de necessidade, ou não, da aquisição da libras (L1 para surdos) antes do processo de alfabetização em português (L2 para surdos).

Palavras-chave: Inclusão escolas. Aquisição da linguagem. Processo de alfabetização.

INTRODUÇÃO

A história de educação de surdos passou por mudanças ao longo dos anos, passando por diferentes modelos educacionais, atualmente no Brasil o modelo predominante é o bilinguismo no ensino regular na modalidade de educação inclusiva, onde é inserido o intérprete de libras para que este realize a interpretação de português para libras de vise versa.

Mas algo que não podemos de deixar considerar é defasagem linguística dos educandos surdos ao ingressarem na educação básica, que por muitas vezes não tem estabelecida uma comunicação em ambas às línguas, português e libras. E é isto que problematizamos: qual a necessidade da aquisição da L1 antes do processo de alfabetização na L2 para alunos surdos?

¹Bacharela em Letras Libras, Instituto Federal Catarinense Pós-graduação em Educação – PPGE/IFC, camilallufsc@gmail.com.

E para respondermos este questionamento temos como objetivo geral: compreender a real necessidade da aquisição da L1 antes do processo de alfabetização na L2 para alunos surdos e objetivo específico: pesquisar literaturas que relatem experiências na aprendizagem de alunos surdos que iniciam a sua vida escolar com sua L1 estabelecida; identificar quais os benefícios, ou não, na aprendizagem de alunos surdos que iniciam a sua vida escolar com sua L1, articular os resultados obtidos da pesquisa com a literatura sobre o interprete educacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia Esta pesquisa é de base qualitativa, “...não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 31), não se comprometendo em analisar os resultados enquanto números.

Os procedimentos de cunho bibliográfico, esses estão presentes em todas as pesquisas, mesmo que não seja mencionado, pois se faz necessário o levantamento bibliográfico para que o pesquisador tenha base na literatura do seu campo de estudo. Utilizamos este método para pesquisar nosso suporte teórico.

RESULTADOS PARCIAIS

Antes de qualquer fala a respeito dos métodos de educação, se faz necessário lembrar que o direito à educação é de todos. E que se tornou obrigatória à educação inclusiva independente da especificidade do educando, garantido pelas políticas públicas.

Sabendo que a educação é direito de todos passamos a conhecer os métodos de educação de surdos, o primeiro método de educação de surdos foi o oralismo, com uma visão clínica de que o surdo necessitava se adequar ao padrão predominante, de pessoas que ouvem e falam português. Entendia-se que a comunicação na oralidade era essencial para o desenvolvimento das crianças surdas como seres incompletos, reforçando a ideia clínica, se o sujeito não fala (português) logo necessita ser reparado.

Com o fracasso do oralismo surgiu então a método da comunicação total, onde todas as formas de comunicação são válidas, gestos, sinais, leitura labial e outras estratégias que auxiliassem na comunicação.

O terceiro método, bilingüismo, é visto como o melhor método como afirma GOLDEFELD (2002):

O bilinguismo é a melhor opção educacional para a criança surda, pois expõe a uma língua, de fácil acesso, a língua de sinais, que pode evitar o atraso de linguagem e possibilitar pleno desenvolvimento cognitivo, além de expor à criança a língua oral, que é essencial para seu convívio com a comunidade ouvinte e sua própria família (p. 165).

No Brasil são poucas as escolas para surdos, com uma proposta bilíngue pensada para o sujeito surdo, em sua maioria são escolas inclusivas, com a presença do intérprete mediando à comunicação entre as pessoas do cotidiano escolar que não se comunicam em uma mesma língua, mas há um equívoco quando se pensa que só a presença deste profissional bastasse para suprir toda a necessidade educativa do aluno surdo.

É preciso repensar no currículo para o ensino deste educando, pois a brasileira não é voltada para as peculiaridades linguísticas do sujeito surdo, que podemos considerar estrangeiro em seu próprio país.

Faz-se necessário pensar em todos os detalhes para incluir um aluno, mas é preciso lembrar que o sujeito surdo por vezes inicia seu processo escolar sem uma língua, isso resulta da visão clínica que ainda é forte no Brasil:

O discurso médico tem muito mais força e prestígio do que o discurso da diversidade, do reconhecimento linguístico e cultural das minorias surdas. A surdez é construída na perspectiva do *déficit*, da falta, da anormalidade. O “normal” é ouvir, o que diverge desse padrão deve ser corrigido, “normalizado”. Nesse processo normalizador, abrem-se espaços para a estigmatização e para a construção de preconceitos sociais. E, com um discurso tão forte e tão reforçado pela grande maioria, fica difícil pensar a surdez sob outro prisma, ou seja, pensar a surdez como diferença [...] (GESSER, 2009, p. 67).

Vamos pensando em um discurso baseado na normalização, considerando uma família ouvinte e um diagnóstico de surdez precoce, essa família que possivelmente desconhece a comunidade surda irá buscar alternativas para que seu filho fale e ouça como o padrão social. Mas esse é um processo lento, pois não se trata de uma aquisição natural e sim uma aquisição mecanizada.

Com a aquisição não natural da fala a criança inicia seu processo escolar sem uma língua estabelecida, é sabido da importância da língua na vivência do ser humano e principalmente no contexto escola onde a comunicação é um canal de ensino e aprendizagem, compartilhamos de idéia de DESSEN E BRITO (1997):

No caso da educação do deficiente auditivo, em que a apreensão do conteúdo escolar está intimamente ligada à principal seqüela de sua deficiência, que é a alteração nos processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem, a questão da formação especializada do professor, responsável direto pelo ensino, assume então importância vital (p. 121).

Como citado acima o desenvolvimento da linguagem influência na aprendizagem dos alunos, para isso temos garantido o direito linguístico das pessoas surdas, desde que a língua brasileira de sinais foi oficializada como meio de comunicação e expressão da comunidade surda pelo decreto 5626/2005, e sendo libras uma língua natural só podemos se conivente com a fala de QUADROS (1997):

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinada em língua de sinais (p. 27).

Como tudo alguns educandos iniciam sua vida escolar sem um língua estabelecida, muitas vezes por falta de orientações a cerca do processo de aquisição da linguagem de uma pessoa surda, da importância da libras para o desenvolvimento cognitivo da criança, que é através da língua de sinais que ela aprende de forma clara e expressa seus anseios por adquirir conhecimento e se relacionar com o mundo.

Sem uma língua a criança está impossibilitada de se expressar, de simbolizar seus pensamentos, adquirir conhecimentos, construir seus relacionamentos e se desenvolver sua faculdade humana.

Ao se deparar com um sujeito sem língua, muitas vezes rotulado por ser desobediente e agressivo torna-se uma grande desafio ao cenário da educação inclusiva. Primeiramente o sujeito surdo sente-se como um estrangeiro na sua escola, pois ninguém o entende e na maioria das vezes a única referência em língua de sinais é o intérprete de libras.

Partimos do pressuposto de que o ano letivo iniciou-se, eis que chega uma criança sem língua, nesse momento que surge primeiro o grande desafio da

educação de surdo, estabelecer uma comunicação, assim como nos afirma QUADROS e SCHMIEDT, 2006:

O ensino do Português pressupõe a aquisição da Língua de Sinais Brasileira -“a” língua da criança Surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino- aprendizagem do Português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (, p.24).

A libras é de suma importância para que esse educando possa compreender o mundo, através de suas vivências visuais, assim ampliando se vocabulário e seus conhecimentos. A falta de língua do sujeito acarreta no atraso do desenvolvimento escolar e social da criança, assim por muitas vezes o intérprete é modelo de língua desse sujeito, quando a criança não participa da comunidade surda.

Esse profissional intérprete inicialmente está no contexto escolar para mediação da comunicação, mas principalmente na educação básica acaba por assumir outras responsabilidades involuntariamente, que por fim permeia por três funções, mediar a comunicação, atividades educativas e modelo da comunidade surda, que por ser o detentor do conhecimento da língua de sinais acabam com mais essa função.

Compactuamos com o pensamento de Silva, 2001, que um dos problemas da aquisição da escrita está relacionado com o atraso da aquisição da linguagem do sujeito. Eles necessitam estar em contato com ambientes sócias que propiciem a aquisição de usa L1 e assim dar continuidade no processo de alfabetização.

CONCLUSÕES

Mesmo antes de concluir o trabalho base para este resumo podemos afirmar, a luz do referencial teórico estudado que a aquisição natural da língua de sinais contribui para o desenvolvimento educacional do aluno surdo. E não somente no contexto educacional, mas no seu processo cognitivo.

O intérprete educacional que por vezes é o um detentor do conhecimento da língua de sinais no ambiente escolar assume, de forma involuntária, a responsabilidade de ser modelo para a criança surda.

Sabemos da importância do contato dos sujeitos surdos com seus pares que haja a aquisição natural da libras e não uma aquisição mecanizada como ocorre com a língua portuguesa.

Ao longo do processo de pesquisa encontramos dificuldade na busca de referencial teórico para aprofundar as discussões, deixamos aqui no anseio por continuar a pesquisa, ressaltando a importância de vermos os sujeitos surdos como sujeitos com peculiaridades linguística e culturais. Assim desconstruindo a perspectiva de um sujeito incompleto que precisa ser reparado ou completado.

REFERÊNCIAS

DESSEN, M. A., BRITO, A. M. W. **Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil**. Paidéia (Ribeirão Preto) no.12-13 Ribeirão Preto Feb./Aug. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100009> Acesso em 31 jul de 2018.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?** : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Mediação, Porto Alegre, 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. **A pesquisacientífica**. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. PortoAlegre: Artmed, 1997.

_____; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.